

Toma posse a nova diretoria do Sindividro-Campinas

Dirigentes sindicais vão cumprir mais um mandato de quatro anos

Tomou posse no último dia 15 de julho a nova diretoria do Sindividro, eleita pelos trabalhadores na votação realizada em 24 de maio. Os dirigentes sindicais assumem o comando da entidade para cumprir mais um mandato de quatro anos, que vai até 14 de julho de 2021.

Esta nova diretoria do Sindividro assume em um momento bastante delicado para os trabalhadores e trabalhadoras. A recente aprovação, pelo Congresso Nacional, da reforma da legislação trabalhista representou um duro

golpe na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, na prática, deixou os patrões com a faca e o queijo nas mãos.

Ao contrário do que dizem os ministros do governo Michel Temer, a reforma não vai melhorar os níveis de emprego. Pelo contrário, além de não resultar na abertura de novos postos de trabalho, vai tornar ainda mais difícil a vida daqueles que estão empregados.

E não são apenas os dirigentes sindicais que dizem isso. O desembargador Wilson Fernandes, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª

Região (que abrange São Paulo, Região Metropolitana e Baixada Santista), é enfático ao dizer que esta reforma trabalhista, não vai aumentar o número de postos de trabalho. “Ela tem sido vendida com a ideia de que vai combater o desemprego. Isto, segundo minha avaliação, é um equívoco muito grande”, diz.

Este é o cenário que espera pela nova diretoria do Sindividro. E para fazer avançar as reivindicações dos trabalhadores, os novos dirigentes vão precisar da ajuda de toda a categoria.

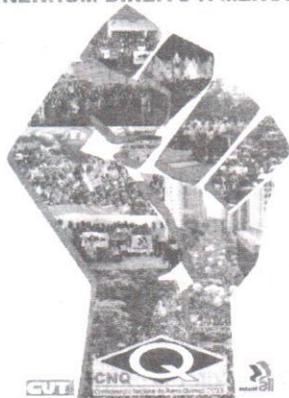
Sindividro marca presença no congresso da CNQ-CUT

Entre os dias 12 e 14 de julho aconteceu em São Paulo o VIII Congresso da Confederação dos Químicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O evento contou com a participação de 238 delegados e delegadas de todo o país, e também marca os 25 anos de existência da Confederação, criada em 1992. O companheiro Éslei Ferreira das Neves (Lelo), diretor-tesoureiro do Sindividro-Campinas, representou a nossa categoria no congresso.

Mais do que comemorar duas décadas e meia de existência da CNQ, o VIII Congresso representou um divi-

VIII Congresso CNQ-CUT

25 anos de luta, resistência e conquistas!
NENHUM DIREITO A MENOS!



De 12 a 14 de julho de 2017, São Paulo/SP

sor de águas, já que a sua realização coincidiu com a promulgação, pelo presidente Michel Temer, da reforma trabalhista que vai provocar sérios impactos na vida dos trabalhadores daqui frente.

A crise econômica que o Brasil enfrenta recebeu especial atenção dos delegados e delegadas. A pre-

sidenta eleita da CNQ-CUT, Lucineide Varjão, disse, na abertura do evento, “que a fome voltou a rondar os lares dos brasileiros. E nós temos que discutir isso com os companheiros e companheiras”.

A dirigente sindical também destacou que as transformações que afetam negativamente o Brasil fazem parte de uma conjuntura mais ampla e, por isso, os trabalhadores precisam se articular também no plano internacional. “Estas mudanças acontecem no mundo inteiro e não somente em nosso país. Os patrões estão organizados. E o movimento sindical também precisa se organizar”, completou.

FIQUE SÓCIO DO SEU SINDICATO. VIRA E MEXE VOCÊ PRECISA DELE!

Caixa vai pagar FGTS após o fim do prazo

O prazo para sacar o dinheiro das contas inativas do FGTS termina no próximo dia 31 de julho, mas, os trabalhadores que foram vítimas de fraude ou não encontraram todo o dinheiro que esperavam em alguma conta não serão prejudicados. Os casos que precisam de alguma solução por parte da Caixa Econômica Federal (CEF), responsável pela liberação do dinheiro,

serão resolvidos e a grana será paga mesmo após a data-limite para o saque.

Para garantir a liberação do dinheiro, o trabalhador deverá ir até uma agência da CEF até o fim deste mês para demonstrar o interesse em recebê-lo. O banco então irá investigar qual foi o erro e, em até 30 dias, fará o depósito dos valores pendentes.

Mas, atenção: o prazo maior não vale para quem precisa apresentar alguma comprovação que lhe dê direito ao saque, como, por exemplo, nos casos em que o patrão deixou de informar à CEF que o trabalhador saiu do emprego. Esses cotistas precisam ir a uma agência da Caixa até do dia 31 deste mês, já com os documentos em mãos, como a carteira de trabalho e o termo da rescisão do contrato de trabalho.

Golpistas aprovam Reforma Trabalhista

O plenário do Senado aprovou o projeto de lei (PLC 38) de “reforma” da legislação trabalhista. Foram 50 votos a favor e 26 contrários, com uma abstenção. Conforme queria o governo, o texto foi aprovado sem mudanças. A oposição ainda tentou aprovar

algum destaque, para que o projeto voltasse à Câmara. Sem mudanças, o PLC 38 foi sancionado por Michel Temer no dia 13 de julho.

“Esta reforma é para diminuir a rede de proteção social e precarizar as condições de trabalho”, disse Humberto

Costa (PT-PE). “Este projeto não vai criar empregos, e sim subempregos”, afirmou Telmário Mota (PTB-RR). “Este é um dia muito triste para o Senado Federal”, reagiu Renan Calheiros (PMDB-AL).

“O Senado se submete, por várias razões, a fazer o desmonte do Estado social. Da noite para o dia”, acrescentou o ex-líder do partido, para quem o projeto prejudica sobretudo os mais pobres. Do ponto de vista da representação política, este talvez seja o “pior momento” do Senado, disse Renan.

“O que aconteceu aqui envergonha a nação”, afirmou Gleisi Hoffmann (PR), presidenta nacional do PT. “A classe dominante deste país não tem projeto para o Brasil. Quando há crise na economia, disputam verba do orçamento. Os senhores deviam se envergonhar do que estão fazendo. A cabeça dos senhores é escravocrata”, acrescentou, dirigindo-se aos governistas.

“Esta reforma trabalhista não tem uma vírgula a favor do trabalhador”, afirmou João Capiberibe (PSB-AP). “É uma reforma unilateral e é burra, porque é recessiva. A renda do trabalhador vai despencar. E nós aqui estamos surdos, não enxergamos o óbvio”, afirmando que a queda da renda levará à diminuição do consumo e da arrecadação da própria Previdência. “Este Congresso brincou com a democracia. Não se sai da crise agradando só a um lado.”

Reforma trabalhista já faz vítimas: Bradesco e Caixa demitirão em massa

A reforma trabalhista, nova legislação do trabalho sancionada por Michel Temer no dia 13 de julho, já começa a fazer suas vítimas: no mesmo dia da sanção, o Bradesco anunciou um programa de demissão voluntária (PDV). Dois dias depois foi a vez da Caixa Econômica Federal abrir o mesmo programa.

Programas de demissão voluntária são permitidos pela atual legislação e são utilizados por empresas públicas e privadas em momentos de instabilidade financeira, como uma forma de redirecionar os custos. Esse tipo de proposta oferece ao empregado mais do que ele receberia se fosse demitido em uma situação normal.

Se a flexibilização das leis trabalhistas permitiria, em tese, que as

empresas contratasse mais, por que então, mesmo com a reforma aprovada, decidiram demitir em massa? O fato é que há um detalhe na reforma trabalhista que pode ajudar a explicar um pouco a situação. Pelas novas regras, o funcionário que aderir a um programa de demissão voluntária não poderá acionar a Justiça para reaver qualquer valor posteriormente.

A mudança nas leis trabalhistas proíbe que um funcionário possa ser mandado embora e recontratado como terceirizado antes de 18 meses da demissão, mas, se o funcionário pedir demissão em um programa de demissão voluntária, nada impede que seja recontratado em seguida como terceirizado, em condições piores que a anterior.